



## COESÃO SOCIAL E VULNERABILIDADE NO BRASIL JUVENTUDES E VIOLÊNCIAS

Miriam Abramovay<sup>1</sup>  
Marisa Feffermann<sup>2</sup>  
Jean-Claude Régnier<sup>3</sup>

### RESUMO

A situação de vulnerabilidade aliada às turbulentas condições socioeconômicas ocasiona uma grande tensão entre os jovens que agravam diretamente os processos de coesão social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade. Ressalta-se que a violência embora, em muitos casos, associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte, cultura, assim como ao acesso à cidade, podem desencadear comportamentos violentos.

**Palavras chave:** coesão social, vulnerabilidade, juventude, violência e direito à cidade.

## COHESIÓN SOCIAL Y VULNERABILIDADES EN BRASIL JUVENTUDES Y VIOLENCIAS

### RESUMEN

La situación de vulnerabilidad sumada a las turbulentas condiciones socioeconómicas causa una grande tensión entre los jóvenes, agravando directamente los procesos de cohesión social, y en algunas situaciones, facilita el aumento de la violencia y la criminalidad. Llama la atención que si la violencia en muchos casos esta ligada a la pobreza, esta no es una consecuencia directa de la misma, sino de las desigualdades sociales, de la negación del derecho a bienes y oportunidades de esparcimiento, al deporte y cultura y el acceso a la ciudad, pueden desencadenar comportamientos violentos.

**Palabras clave:** cohesión social, vulnerabilidad, juventud, derecho a la ciudad.

O conceito de coesão social parte da ideia de que a sociedade globalizada vem sofrendo transformações rápidas e profundas, associadas à perda de laços estáveis – o que aumenta a necessidade de “políticas e indicadores orientados para diminuir a lacuna de rendas e garantir um maior acesso ao trabalho, à educação e aos serviços de saúde” (CEPAL, 2007, p. 23).

O conceito implica uma aproximação com a questão do capital social onde os diferentes grupos têm que se pautar por normas coletivas, preservando laços de afeto, enfatizando a forma com que a sociedade integra seus membros, o sentido de

<sup>1</sup> Coordenadora da Área de Juventude e Políticas Públicas da FLACSO - Brasil. Endereço Postal: SHIS QL 14 conj.3 casa DF- Brasília 71640 035. E-mail: m.abramovay@flacso.org.br

<sup>2</sup> Instituto de Saúde/SES/SP. Endereço Postal: Rua Costa Carvalho, 351 apto 72 – Pinheiros/SP - CEP: 05429-130 E-mail: mfeffermann@gmail.com

<sup>3</sup> UMR 5191 ICAR – Université de Lyon – Lyon2. E-mail: jean-claude.regnier@univ-lyon2.fr



pertencimento e reforçando a possibilidade de um projeto coletivo, fomentando solidariedade e discutindo de forma crítica a sociedade individualista e consumista (CEPAL, 1999).

Ressalta-se que a violência, embora, em muitos casos, associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura opera nas especificidades da cada grupo social desencadeando comportamentos violentos. Nesse sentido, mesmo com avanços de indicadores socioeconômicos na América Latina, os níveis de violência na região vêm aumentando.

A violência é, cada vez mais, um fenômeno social que atinge governos e populações, tanto globalmente quanto localmente, no público e no privado, estando seu conceito em constante mutação, uma vez que várias atitudes e comportamentos passaram a ser consideradas como formas de violência.

Alguns autores afirmam que haveria a necessidade de aprofundar a discussão sobre valores, cultura de violência *versus* cultura da vida ou cultura de paz (CASTRO et al, 2001), cultura legal ou das leis (VIEIRA, 2001) e outras formas de estar e se sentir na vida (PERALVA, 2000). Nesse sentido, Vieira (2001) advoga o resgate da importância da lei, o que se conseguiria mais aproximando texto e contexto, ou seja, o escrito jurídico de normas de convivência, ética quanto ao direito da alteridade, o que resgata o princípio mediterrâneo pelo respeito ao outro, insistindo na *reciprocidade* – e aí o dever não só dos cidadãos, mas do Estado de respeitar tal lei.

Para Rocha (1998) a noção de “linguagem da violência” aponta para a possibilidade de que este fenômeno opere como um agregador a partir do momento em que estabelece uma forma de ser e de comunicar comum. É pela violência que se apreende e interpreta o mundo. Banalizados por uma cultura da violência, os pequenos atos violentos do cotidiano, cometidos muitas vezes involuntariamente, passam despercebidos. Nesta perspectiva, a sociabilidade violenta pode ser caracterizada pelas estratégias utilizadas como instrumentos para a inclusão dos sujeitos na vida social, dado pelo processo de autoafirmação.

A banalização e naturalização do ato violento são características da cultura da violência. Essa cultura é alimentada pelo individualismo, consumismo e competição exacerbada. Tanto a banalização da violência como a inexistência de uma discussão mais

profunda sobre seus fundamentos socioeconômicos e culturais levam a distorções e inversões de papéis, bem como à proposição de estratégias de combate à violência que atuam sobre suas consequências e não sobre suas causas.

A cultura da violência se expressa em vários atores e instituições, provocando um sentimento de insegurança e medo. Bauman (2008) descreve que o medo vem da idéia de incerteza, imprevisão do que está por vir, apresenta-se de forma difusa, dispersa e sem motivação explícita, e perpassa todos os espaços da sociedade, torna-se mais assustador. Desta forma, a percepção da violência pela população é um dos mais importantes de seus efeitos, pois possibilita a expansão e reprodução deste fenômeno.

Retomando a tese da violência como a negação da dignidade humana apresentada na perspectiva de alguns teóricos contemporâneos (BRANT, 1989; CALDEIRA, 1991, 1996), torna-se praticamente impossível dissociar violências, vulnerabilidades e exclusão social, uma vez que, não raro, situações de violência estão intimamente relacionadas às desigualdades.

Em um sentido amplo, violência pode ser caracterizada pelo não reconhecimento do outro. A pessoa que pratica um ato violento não reconhece a vítima como um sujeito; a violência, nessa concepção, relaciona-se com o desaparecimento do sujeito da argumentação ou da demanda, estando preso e subjugado pela força (física ou moral) de seu oponente que lhe nega diálogo (ZALUAR e LEAL, 2001).

Devido à generalização do fenômeno da violência, não existem mais grupos sociais protegidos – diferentemente de outros momentos – ainda que alguns tenham mais condições de buscar proteção institucional e individual. Isto é, a violência não mais se restringe a determinados nichos sociais, raciais, econômicos e/ou geográficos. Entretanto, como se pretende demonstrar, considerando-se modalidades de violência, esta pode se acentuar por gênero, idade, etnia e classe social, independentemente se como vítimas ou como agentes.

Na literatura sobre o Brasil, a associação entre violência de macrodinâmicas sociais, assim como a reflexão sobre o papel do Estado, faz parte de uma herança comum no campo das ciências sociais. Pobreza, desemprego crises econômicas, desigualdades sociais e democracia são algumas das referências macroestruturais mais debatidas, mas com abordagens diferenciadas (MESQUITA NETO et al, 2001).

Também pela perspectiva que considera as desigualdades sociais, considera-se que,

para uma sociedade *pacificada* (expressão in VIEIRA, op. cit), haveria que recusar os guetos e os *apartheid sociais*, ou seja, todos teriam que se sentir parte de uma cultura comum, partilhando normas e valores, ainda que se conserve o pluralismo e as diferenças não pautadas em desigualdades sociais – “o racismo, a pobreza o não acesso à educação e a bens essenciais à dignidade humana são formas que facilitam a percepção do outro como inferior” (VIEIRA, 2001, p. 81).

A tese sobre democracia, cidadania incompleta e violência é desdobrada por Peralva (2000), que considera as novas configurações que singularizariam um cenário que potencializaria violências nos centros urbanos brasileiros na virada do século, como: 1) o aumento do acesso a armas – aspecto frisado por vários entrevistados em distintas pesquisas, em áreas de pobreza (PERALVA, 2000; ZALUAR, 1999; CASTRO et al, 2001; ABRAMOVAY et al 1999); 2) a juvenilização da criminalidade; 3) a maior visibilidade e também a reação da violência policial, em particular contra jovens em bairros periféricos; 4) ampliação do mercado de drogas e poder de fogo do crime organizado, em especial do narcotráfico em diversos centros urbanos; e 5) cultura individualista e por consumo – “individualismo de massa” – que derivaria em expectativas não-satisfeitas, potencializando violências.

Peralva (2000) defende que é a confluência de dinâmicas, como as mencionadas, condicionaria sentimento/angústia de morte próxima e *condutas de risco*, que mais ressoam entre os jovens de bairros urbanos periféricos.

Ainda quanto à criminalidade que vitimiza e envolve os jovens, no caso de centros urbanos metropolitanos, é comum destacar-se a influência do narcotráfico (ZALUAR, 1999, 2001), organizado segundo leis de mercado, mas sem o amparo da lei, ou seja, com lucros relacionados a sua ilegalidade. “Nesse contexto, quaisquer conflitos e disputas são resolvidos pela violência, o que afeta de modo decisivo as taxas de homicídio” (ZALUAR, 1994 In SAPORI e WANDERLEY, 2001, p. 71).

No Brasil, a violência se faz presente na maioria das cidades, onde elevados índices de criminalidade são acompanhados de desigualdade social, miséria, falência do poder público, ineficiência das políticas na área de segurança e frustrações geradas pela sociedade de consumo. De fato, os estudos mais recentes sobre a violência têm-se concentrado na área urbana, o que se explica pelo fato de que as grandes questões da sociedade se localizam, principalmente, nas grandes cidades. Segundo Dubet e Wieviorka (1995), o espaço urbano

aparece como sintoma, símbolo, representação “da civilização e da barbárie modernas”.

A urbanização na atualidade materializa-se com características explicitamente segregadoras. Espaços são valorizados servindo para especulação imobiliária; outros, mais periféricos, crescem de forma caótica sem infraestrutura para garantir condições mínimas de cidadania, desconsiderando o interesse de uma grande parcela da população. Mediante o imperativo do mercado e do progresso, são desalojados e desapropriados moradores os quais são levados para regiões desprovidas de serviços públicos. Este movimento desloca cada vez mais as pessoas com menor aquisitivo, para locais cada vez mais distantes. Nestas condições, as transformações urbanas ocorrem como *“um rolo compressor que esmaga todos aqueles que não têm recursos para conquistar os benefícios injetados na cidade”*. (KOWARICK, 1993, p. 84).

A estrutura urbana segregadora da cidade concretiza-se cada vez mais. Os impactos desta realidade de confinamento são visíveis principalmente nas populações de menor renda e nível educacional. As fronteiras tornam-se presentes, através de muros e grades, fragmentando a cidade, impedindo o contato com o outro. Constitui-se padrões de territorialização da exclusão/inclusão social, de um lado o aumento dos condomínios fechados circunscritos em espaços controlados e protegidos e confinados, de outro das favelas em espaços de extrema vulnerabilidade. Inviabiliza-se a possibilidade da interação entre os moradores da cidade, o outro é um inimigo em potencial. O sentido de cidadania se esvai; o discurso do medo e da insegurança invade todos os espaços, impedindo a visualização da realidade.

Estes discursos materializam-se, tomam corpo, são vistos como realidades inquestionáveis. Constrói-se a figura do inimigo; protege-se, de todas as formas contra ele. Não existe a possibilidade de questionar esta “verdade”. Instrumentaliza-se um arsenal para a proteção e a indústria do medo fortifica-se com as seguranças particulares, muros, câmeras e outros aparatos. Conforme afirma Rolnik, “A cidade fractal e fragmentada é uma anticidade, que se debate para estabelecer bases de novos padrões de urbanidade, fundados na negação do contato com o outro” (2001, p. 77).

Os processos de exclusão de direito às políticas públicas (educação, saúde e outras), de acesso ao mercado de trabalho, a desigualdade de classes, raças, gênero, gerações são constitutivos da violência que perpassa a vida cotidiana. Isso porque a exclusão social e a violência se retroalimentam. Constitui-se um círculo vicioso que leva a mais exclusão e mais

violência, o que reflete em falta de infraestrutura e serviços públicos. Esta realidade afeta principalmente os jovens, pois limita sua capacidade e oportunidade de lidar com a realidade. Isso contribui para a deterioração dos laços entre a comunidade, fragmentação e desconfiança entre os vizinhos, que tendem a se isolar em suas casas. O que, por sua vez, é uma forma de retroalimentar a desconfiança e a fragmentação dentro das comunidades. Esta realidade tem como consequência o aumento da criminalidade e debilita a coesão social. Geralmente, estas manifestações são enfrentadas sob a intervenção da segurança pública.

Desta forma, há uma multiplicidade de fatores que intervêm nas manifestações das violências. A violência tem raízes sociais que se manifestam em grande medida nos contextos urbanos de pobreza e exclusão, mas principalmente na desigualdade social.

A situação de vulnerabilidade dos jovens, aliada a condições socioeconômicas degradadas, ocasiona uma grande tensão, que agrava diretamente os processos de integração e coesão social e que, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade.

A violência sofrida e praticada pelos jovens possui fortes vínculos com a condição de vulnerabilidade social em que esses se encontram nos países latino-americanos. A vulnerabilidade social é tratada aqui como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos<sup>4</sup> dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (VIGNOLI, 2001; FILGUEIRA, 2001).

A associação entre violência e macrodinâmicas sociais, assim como a reflexão sobre o lugar do Estado, faz parte de uma comum herança no campo, em particular na literatura sobre o Brasil, o que está de acordo com a orientação por análises estruturais nas ciências sociais, ainda que de diferentes afiliações. Desigualdades sociais, pobreza, desemprego, crises econômicas e democracia são algumas das referências macroestruturais mais debatidas, mas com singular abordagem, segundo o autor.

---

<sup>4</sup> Filgueira (2001, p. 8) apresenta como alguns exemplos desses recursos o capital financeiro, o capital humano, a experiência de trabalho, o nível educacional, a composição e os recursos familiares, o capital social, a participação em redes e o capital físico.

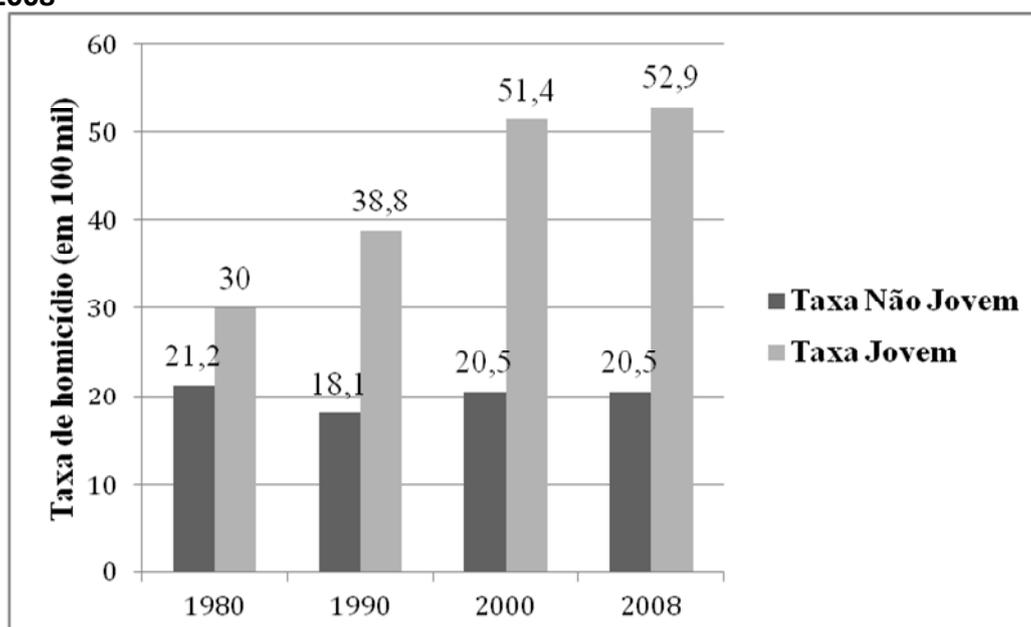
Em comparações mundiais, o Brasil se destaca pelos elevados índices de homicídio, estando em oitavo lugar nos homicídios juvenis. Regionalmente, os países da América Latina, incluindo o Caribe, também se destacam pelos seus elevados índices de violência homicida, visto os quatro primeiros lugares nas taxas do total da população corresponderem a países da região.

Desta forma, a violência que sangra e mata confere ao Brasil uma triste posição no ranking de países mais violentos, em particular quando se tem juventudes como referências. No Brasil, desde 1998 vem-se publicando, anualmente, Mapas da Violência, coordenados por Julio Waiselfisz. No mais recente, destaca-se que:

[A] taxa de homicídios entre os jovens passou de 17,2 (em 100 mil jovens), em 1980, para 52,4 no ano de 2010, um crescimento de 204% ao longo desses 30 anos. Já a taxa na população não-jovem evoluiu com um ritmo bem menor ao longo dos 30 anos considerados, passou de 10,2 para 20,5 homicídios em 100 mil, o que representa um aumento de 100%. Todo esse crescimento das taxas não-jovens consumou-se entre 1980 e 1996; a partir desse ano, as taxas permanecem praticamente constantes, o crescimento aqui foi só de 0,2%. No entanto, as taxas juvenis aumentam neste período 23,4%. (WASELFSZ, 2012, p. 78; In [www.sangari.com](http://www.sangari.com), consultado em 9.12.2012).

Registra-se que, enquanto houve relativa estagnação no crescimento de homicídios afetando pessoas de mais de 24 anos, o inverso se dá quando se focalizam aqueles entre 15 a 24 anos, como mostra o gráfico abaixo.

**Gráfico - Evolução das taxas de homicídio jovem (15 a 24 anos) e não-jovem. Brasil, 1980/2008**



Fonte: SIM/SVS/MS

WAISELFISZ, J. Mapa da Violência 2011. São Paulo, Sangari, 2011.

No grupo jovem (15 a 24 anos), a maior probabilidade de vitimização letal se localiza nas idades de maioridade penal, acima de 18 anos. Contudo, também são bastante expressivos os dados sobre os vitimizados mais jovens e os mais velhos. Assim, tem-se que as idades-pico de homicídios em tal coorte são: 20 anos (66,1%) e 19 anos (62,5%).

**Tabela - Número e Taxas de Homicídio por idades simples e faixas etárias. Brasil, 2008**

Idade/ Faixa Etária	Homicídios	
	Núm ero	Taxa (%)
0 a 4 anos	164	1,0
5 a 9 anos	111	0,7
10 a 14 anos	615	3,7
10 anos	35	1,1
11 anos	44	1,3
12 anos	70	2,1
13 anos	136	4,1
14 anos	330	10,0
15 a 19 anos	7543	44,5
15 anos	705	21,2
16 anos	1202	35,9
17 anos	1586	46,9
18 anos	1891	55,2
19 anos	2159	62,5
20 a 24 anos	11053	62,5
20 anos	2304	66,1
21 anos	2207	62,8
22 anos	2212	62,5
23 anos	2200	61,7
24 anos	2130	59,2
25 a 29 anos	9146	52,6
30 a 34 anos	6241	41,1
35 a 39 anos	4382	32,9
40 a 44 anos	3266	26,0
45 a 49 anos	2299	20,3
50 a 59 anos	2684	15,8
60 a 69 anos	1102	10,7
70 e mais anos	662	7,8

Fonte: SIM/SVS/MS

WAISELFISZ, J. Mapa da Violência 2011. São Paulo, Sangari, 2011.

Considerando-se gênero, destacam distintos estudos (MELLO, 1998; MINAYO, 1994 e UNICEF, 1995, entre outros) o fato de que a preponderância de vítimas de homicídio é marcadamente do sexo masculino, particularmente entre a população jovem. Para 2008, tem-se que, no Brasil, morreram por homicídios 46.024 jovens homens entre 15 a 24 anos e 4.023 jovens mulheres, correspondendo a morte dessas a 8,0%, enquanto as mortes dos jovens homens corresponderam a 92,0% das mortes por homicídios nesse coorte. Mas note-se que vem crescendo a participação de jovens mulheres em situações de risco, como o tráfico e o crime organizado. Chama-se também a atenção para o fato de que as mulheres jovens são reconhecidas vítimas de vários tipos de violência, o que mais se discute quando focalizamos a questão de gênero e gangues.

O quadro abaixo alerta para o fato de que são os jovens negros os mais vitimizados por tal dinâmica da violência, mais intensa quando se dá tal associação entre juventude e raça/cor, e que traz também embutido o perverso condicionamento da situação de classe, já que a maioria que mata e morre são jovens negros pobres:

#### **Mapa da Violência 2011: Jovens no Brasil**

Em 2002, o índice nacional de vitimização (\*) negra foi de 45,6. Isto é, nesse ano, no país, morreram proporcionalmente 45,6% mais negros do que brancos. Em 2005, esse índice pulou para 80,7 (morreram proporcionalmente 80,7% mais negros que brancos).

O número de homicídios de jovens brancos caiu significativamente no período 2002/2008, passando de 6.592 para 4.582, o que representa uma queda de 30% nesses seis anos. Já entre os jovens negros, os homicídios passaram de 11.308 para 12.749, o que representa um incremento de 13%. Com isso, a brecha de mortalidade entre brancos e negros cresceu 43% num breve lapso de tempo.

Em 2002, morriam proporcionalmente 58,8% mais negros do que brancos. Se esse já é um dado grave, em 2005, esse indicador sobe mais ainda: vai para 96,4%. E, em 2008, o índice atinge 134,2%.

Vemos, por todos esses dados, que, para cada branco assassinado em 2008, morreram, proporcionalmente, mais de dois negros nas mesmas circunstâncias. Pelo balanço histórico dos últimos anos, a tendência desses níveis pesados de vitimização é crescer ainda mais. (WAISELFISZ, 2011- p. 57-63).

**(\*) Índice de vitimização - relação entre taxas de homicídios entre pessoas brancas e taxas de homicídios entre pessoas negras**

Fonte: GENTILI, P. et al. Educação e população afrodescendente no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. Espanha: FLACSO/ Fundação Carolina, 2011.

Zaluar (1994, 1999 e 2001), autora pioneira nos estudos contemporâneos sobre

violência e pobreza no Brasil, a partir de pesquisas no Rio de Janeiro, discute a importância de políticas em distintas esferas. Como outros autores citados anteriormente, ela também recusa associações deterministas entre desigualdades sociais, pobreza e violência e, ao tempo, complexifica o debate sobre desigualdades sociais, recusando a ideia única de falta ou carências, sugerindo o necessário cuidado com tal redução, em particular quando se focalizam juventudes.

Houve um duplo reducionismo na literatura: o de confundir a pobreza ou a desigualdade social com a privação absoluta na sua manifestação concreta mais evidente - a fome; o de reduzir cidadania aos direitos sociais. No primeiro caso, a redução negou as profundas transformações nos padrões de consumo das famílias de trabalhadores pobres, o que explica a privação relativa a outros grupos e categorias sociais, bem como os conflitos intrafamiliares e intergeracionais na sociedade de consumo. Faltou uma visão integrada de cidadania, especialmente as dirigidas aos jovens, isto é, as educacionais (ZALUAR, 1994, p. 182).

Zaluar (1994) recorre ao que chama de plano de uma “visão integrada de cidadania”. Em sua visão, é necessário estar atento ao debate sobre valores e *ethos* cultural destes tempos, em que padrões novos de consumismo “lançam o jovem no mercado do vestuário e das atividades de lazer variadas, muitas vezes incompatíveis com a economia doméstica e sua hierarquia de consumo” (ZALUAR, 1994, p. 183). A autora estabelece pontes não-deterministas, frisa-se, entre aspirações a novos padrões de consumo - “adesão ao hedonismo” - e envolvimento com quadrilhas e o tráfico de drogas.

Segundo Waiselfisz (2012), a violência juvenil que aparece tanto na mídia, como em algumas publicações acadêmicas, integra o tipo de modernidade por que passa o Brasil. Contudo, as perspectivas adotadas, ao invés de estimular uma maior discussão sobre políticas públicas, vêm colaborando para que o termo juventude esteja associado de forma naturalizada ao conceito de violência, o que mais estigmatiza os jovens e colabora para que pouco se invista na compreensão do fenômeno – nomeadamente, a violência juvenil.

É comum na literatura sobre juventude ressaltar que violência é construto de fama, de poder, de busca por reconhecimento, pois são tênues as fronteiras entre insegurança, violência e o afã por correr riscos. Também é senso comum associar os jovens à rebeldia, condição esta que é acirrada quando alguns grupos juvenis expressam atitudes que podem ressignificar normas e padrões sociais vigentes, como no caso das gangues. No vocabulário de jovens que as compõem, por exemplo, embaralham-se termos como fama, violência,

adrenalina, emoção, correr riscos. Tal orientação é discutida como parte da cultura atual, que tem os jovens como principais atores.

Defende-se, portanto, que o conceito de juventude deve ser compreendido em conexão com o universo cultural, político, social e econômico no qual este se insere (HOBBSAWM, 1995), assim como suas reações, que dão lugar a culturas juvenis ou relação entre cultura e condições juvenis. A complexidade da sociedade moderna torna peculiar a passagem do jovem para a condição de adulto, devido à variedade das alternativas de vida e à consequente incerteza quanto ao próprio destino pessoal. Os jovens buscam formas de lidar com o “mal-estar na civilização” (HOBBSAWM, 1995).

Dentro de tal contexto, as violências praticadas pelos jovens podem se expressar como possibilidades de construir uma identidade. Assim, seu cometimento pode lhes outorgar certa posição social e um modo de situar-se em suas histórias e em seus mundos. As violências como aprendizagem de um estilo de relações sociais apontam que os conflitos ou as disputas podem ser resolvidos por meio da imposição do mais forte sobre os mais fracos. Para esses jovens, tais práticas podem se tornar uma parte constitutiva de suas vidas, de seu cotidiano, de suas condições de ser e estar, o que alcunham de “la vida loca”. Mas o fato de o sujeito atuar por elas não implica que sua vida seja sinônimo de violência.

Em determinados contextos sociais, os jovens aprendem a encontrar gratificação na violência exercida contra outros. Nesses processos, o grupo desempenha um papel vital. Conforme propõe Castells, “As pessoas se socializam e interagem em seu ambiente local, seja ele a vila, a cidade, o subúrbio, formando redes sociais entre vizinhos” (2006, p. 29). Entretanto, o próprio autor aponta que redes são criadas não somente pela territorialidade, mas também por outros fatores de coesão.

A juventude, por suas características, sua perplexidade e ambivalência, alterna dúvida e construção de certezas, manifesta descontentamento ou reações por formação de culturas juvenis e, assim, surge como categoria propícia para simbolizar os dilemas contemporâneos. Nos jovens, o desejo de experimentar o novo está acompanhado por incertezas, pela avidez de conhecimentos, pelo espanto e por indefinições cotidianas de uma realidade que, simultaneamente, atrai e atemoriza.

Nas representações sobre a juventude, a um só tempo, o jovem aparece como retrato projetivo da sociedade, condensando angústias, medos, assim como esperanças em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências

imprimem para a conformação social futura. A sociabilidade do jovem passa a ser totalmente relacionada à contemporaneidade (FEFFERMANN, 2006). A violência juvenil pode corresponder, e sob formas variadas, a esforços de afirmação e de participação em um mundo contraditório. Mas a violência é uma, mas não a única faceta da sociedade contemporânea, no que concerne a inseguranças e riscos.

Quando muitos jovens em gangues, por exemplo, declaram que estão nesse estilo de vida pela adrenalina, pelo risco, pelo perigo, não necessariamente aceitam a possibilidade de serem vitimizados por violências, ou quando buscam enfrentá-las não se separam tanto de outros agrupamentos juvenis que buscam reconhecimento por se mostrar e se aventurar, ser parte e produtor do seu espetáculo.

Rodriguez (2001), analisando ampla bibliografia sobre juventude na América Latina, enfatiza que viria ganhando força na região a visibilidade sobre a violência que envolve os jovens, a crítica às políticas de corte repressivo, inclusive por sua ineficiência, e a ênfase na prevenção e promoção da participação dos jovens.

Son jóvenes (casi niños) los “sicarios” colombianos que asesinan a quien sea... y son jóvenes los “delincuentes” que cada fin de semana “mueren en enfrentamiento con la policía” caraqueña o brasileña, o los miles de miembros de las “maras” (de “marabunta”) guatemaltecas, salvadoreñas o nicaraguenses, que “arrasan” con todo lo que encuentran en su camino, en el marco de sus actividades “delictivas” (ver, por ejemplo, OPS-ASDI-BID 1997). También son jóvenes - ya hasta niños - los que son “eliminados por “escuadrones de la muerte” en Rio de Janeiro por el simple hecho de ser “niños y jóvenes de la calle” (ver por ejemplo, los estudios de la UNESCO...) y son jóvenes también los que protagonizan directamente los enfrentamientos armados entre soldados y guerrilleros en El Perú, en Colombia, en Guatemala o en Chiapas, en la frontera sur mexicana... Son jóvenes los que nuclea las “bandas” y “pandillas” juvenil en casi todas las grandes ciudades del continente, y son mayoritariamente jóvenes pobres...

Em que pese a extensão do fenômeno de juvenilização da violência por vários países, Rodriguez (2001) considera que as especificidades nacionais devem ser levadas em conta para a proposição de políticas. Contudo, enfatiza a importância da educação formal e informal e de serviços de atenção especializados, voltados para a “convivência cidadã”, conjugando participação com responsabilidades sociais, resgate da confiança nas instituições, espaços de socialização e abertura de oportunidades para atividades culturais, de integração comunitária e trabalhos com a família, entre outros, além das clássicas fórmulas de emprego e matrícula escolar. Em relação à educação, haveria uma preocupação

com propostas pedagógicas mais atraentes a linguagens juvenis, mas enfatizando, também, a importância de enfoques integrais, ou seja, lidando com diversos campos de vida e considerando os jovens tanto como destinatários de políticas como protagonistas ou partícipes (UNESCO 2001, CEPAL 2000, CASTRO 2001 e RODRIGUEZ, 2001, entre outros).

El impulso a diversas formas de voluntariado juvenil, la promoción del uso responsable de los medios masivos de comunicación como agentes privilegiados de socialización juvenil, y el acercamiento de la cultura juvenil y la cultura escolar (significativamente distanciados en los últimos tiempos), podrían colaborar significativamente en estas materias, fortaleciendo - en definitiva - los activos de los propios jóvenes y disminuyendo los riesgos a los que éstos se ven sometidos (RODRÍGUEZ, 2001, p. 14).

Assumindo que os recursos à disposição do Estado e do mercado são insuficientes para, sozinhos, promoverem a superação da vulnerabilidade e de suas consequências, em particular a violência, advoga-se o fortalecimento do capital social *intergrupala*, através do aumento da participação e valorização das formas de organização e expressão dos jovens, como estratégia de ação para envolver a sociedade e seus recursos na busca de soluções para o problema.

Experiências que priorizam a participação dos jovens vêm demonstrando ser alternativas eficientes para superar a vulnerabilidade desses atores, tirando-os do ambiente de incerteza e insegurança (CASTRO et al, 2001). Captar e disseminar a expressão dos jovens, concretizando suas potencialidades juvenis e permitindo que eles contribuam para a problematização de seu cotidiano é a pedra angular do sucesso de possíveis políticas preventivas. Além disso, a valorização das formas de expressão tipicamente juvenis, tais como o *rap* e o grafite, colabora para que, tanto os próprios jovens quanto o resto da sociedade, reconheçam esses atores como capazes de contribuir e construir soluções para os conflitos sociais.

Retomando a questão da coesão social, entende-se que ela é uma forma de melhor integrar os diferentes atores, com ações governamentais, como instrumentos legais, políticas sociais, estratégias preventivas e concretas frente aos problemas atuais. A coesão remete a sensação de ser valorizado pela mesma comunidade, o que permite que as pessoas estabeleçam iniciativas comuns e compartilhem valores como sentimento de identidade e solidariedade, regras, normas próprias, ou seja, um maior sentido de pertencimento. Nesse sentido, a promoção de maior coesão social poderia reduzir significativamente os índices de

violência.

Jenson (1998) apresenta as dimensões seguintes para a discussão da coesão social:

a) Pertencimento – isolamento: A primeira dimensão remete a valores e identidades coletivas, um sentido de identidade compartilhada que permite aos cidadãos sentir-se parte e comprometidos com a comunidade e a sociedade. Ao contrário, não se sentir parte levaria ao sentimento de isolamento e abandono e debilitaria o processo de coesão social. Segundo o autor, a sociedade e o Estado podem mostrar preferências por certos valores e identidades e isolar ou estigmatizar a grupos sociais que supostamente não compartilham de maneira plena esses valores e exibem outras identidades.

b) Inclusão – exclusão: Esta dimensão remete em grande medida, aos papéis das instituições. Em última instância, aqueles que se sentem excluídos podem demonstrar comportamentos violentos, por viverem a situação de exclusão. (SAVENIJE Y ANDRADE-EEKHOFF, 2003, p. 133).

c) Participação e não participação: As decisões sobre o que sucede nas localidades, não são somente as que tomam os governos locais. Desta forma, é importante fomentar espaços onde ocorram possibilidades de negociação e capacidade de diálogo entre os habitantes e interessados. Para que isso possa ocorrer, é necessária a participação dos membros da comunidade, mas também das diversas instituições governamentais ou não governamentais que podem ajudar ou mediar a discussão para chegar a prevenção em situações de alta insegurança, tomando decisões consensuadas ou aceitáveis para a maioria dos interessados.

d) Reconhecimento ou rejeição: O reconhecimento passa pelo sentimento de aceitação e também pela forma como as ações dos sujeitos são percebidos. Em outras palavras, consiste em “ser tratado com a diferença que se considera apropriada e merecida por parte dos outros”. (SAVENIJE, 2009, p. 46; ver também SENNETT, 2003). Com frequência, a sociedade não reconhece ou rechaça a contribuição social dos sujeitos e da cultura juvenil.

e) Legitimidade ou ilegitimidade: A inclusão, participação e o reconhecimento devem ser sustentados ou respaldados por uma série de instituições. Os problemas e conflitos de uma sociedade não se resolvem somente ao nível dos indivíduos. É necessário um corpo institucional legal, político, governamental e civil que assegure a comunicação entre os interessados e mantenha vínculos entre as pessoas. A coesão social depende em

parte da legitimidade destas instituições que atuam para garantir os serviços e a seguridade para a comunidade.

A coesão social é, portanto, um processo dinâmico, cuja sustentação compreende a ação integrada da cidadania e do Estado. Em sua ausência, muitos jovens veem-se diante da recusa do seu reconhecimento, do desprezo e da indiferença a que são submetidos. E ainda espera-se que a instância da lei se faça valer pela força bruta.

A partir destas considerações, pode-se perceber que a coesão social é um “gancho”, uma “chave” para que possamos enfrentar a realidade da juventude e a sua relação com as manifestações da violência.

Contudo, para que uma “chave” funcione, é importante azeitar estruturas, mexer com desigualdades sociais. Isso fica evidente quando se leva em consideração que os jovens se destacam em uma série de dimensões por sua vulnerabilidade, em termos de qualidade de vida. Segundo a última Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar sobre o Brasil (PNAD 2011), as taxas médias de desocupação ilustram a expressiva desigualdade social para os mais jovens, principalmente se mulheres. A taxa média de desocupação para a população economicamente ativa é de 6,7% - sendo respectivamente 4,9% para eles (quase pleno emprego) e 9,1% para elas. Considerando a população de 18 a 24 anos, sobe, para eles, a taxa de desemprego para 10,6%, enquanto para as moças chega a 18%.

Com tal reflexão, não se está criticando as políticas que tem como perspectiva a coesão social, mas alertando sobre a propriedade da antiga assertiva que sugere que, sem mudanças estruturais, ou interveniência em leis de mercado que sustentam desigualdades sociais e colaboram com as violências, quando muito se chega a políticas sociais paliativas, ainda que amparadas em conceitos liberais, bem-intencionados.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M et. al. **Gangues, galera, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Brasília: UNESCO, 1999.

BAUMAN, Z. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRANT, V. C. **São Paulo: trabalhar e viver**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CALDEIRA, T. P. **Direitos humanos ou 'privilégios de bandidos'?** São Paulo: Novos Estudos Cebrap, 1991. n.30.

CALDEIRA, T. P. R. Crime and Individual Rights: Reframing the Question of Violence in Latin America. In: JELIN, E.; HERSHBERG, E. (Eds.), **Constructing Democracy: Human Rights, Citizenship and Society in Latin America**. Boulder, Colorado: Westview Press, 1996, p. 197-211.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. A era da informação economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, M. G., ABRAMOVAY, M., RUA, M. G. e ANDRADE, E. R. **Cultivando Vida. Desarmando Violências. Experiências em Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Cidadania com Jovens em Situação de Pobreza**. UNESCO: Brasília, 2001.

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe. **Panorama Social de América Latina 2000**. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

CEPAL; Agencia Española de Cooperación Internacional e OEI. **Coesão Social**. Inclusão e Sentido de Pertencer na América Latina e no Caribe. Santiago de Chile: ONU, 2007.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina 1999**. Santiago de Chile: CEPAL, 1999.

DUBET, F. Sociologie du sujet et sociologie de l'expérience. In: DUBET, F.; WIEVIORKA, M. **Penser le sujet autour d'Alain Touraine**. Paris: Fayard, 1995. p. 103-121.

FEFFERMANN, M. **Vidas Arriscadas: o Cotidiano dos Jovens Trabalhadores do Tráfico**. São Paulo: Ed. Vozes, 2006.

FILGUEIRA, C. H. Estructura de Oportunidades y Vulnerabilidad Social. Aproximaciones Conceptuales Recientes. In: CEPAL, **Seminario Vulnerabilidad**, Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

GENTILI, P. et al. **Educação e população afrodescendente no Brasil: avanços, desafios e perspectivas**. Espanha: FLACSO/ Fundação Carolina, 2012. Disponível em: <http://www.fundacioncarolina.es/esES/publicaciones/avancesinvestigacion/Documents/Al76.pdf>. Acesso em: 15 Setembro 2012.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos; o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar- **PNAD 2011**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default.shtm>. Acesso em: 10 Setembro 2012.

JENSON, J. **Mapping Social Cohesion. The State of Canadian Research**. CPRN Study, Nº FI03. Ottawa, ON: Renouf Publishing Co, 1998.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MELLO JORGE, M.H.P. Como Morrem Nossos Jovens. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998.

MESQUITA NETO, P. et al. **Violência do cotidiano**. Konrad: Adenauer Stiftung, 2001.

MINAYO, M.C. **A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública**. Cadernos de Saúde Pública (10). Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, 1994.

PERALVA, A. **Violência e Democracia: Paradoxo Brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ROCHA, R. L. de M. **Estética da violência. Por uma arqueologia dos vestígios**. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 1998.

RODRIGUEZ, E. **Juventud y Violencia en America Latina: Una Prioridad para las Políticas Públicas** –manuscrito apresentado para Revista de Estudos sobre Juventud. Buenos Aires: May 2001.

ROLNIK, R. **São Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2001. (Coleção Folha Explica).

SAPORI, L. F. e WANDERLEY, C. B. A relação entre desemprego e violência na sociedade brasileira: entre o mito e a realidade. In: **A violência do cotidiano**. Cadernos Adenauer. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

SAVENIJE, W. **Maras y Barras**. Pandillas y violencia juvenil en los barrios marginales de Centroamérica. San Salvador: FLACSO - Programa El Salvador, 2009.

SAVENIJE, W., y ANDRADE–EEKHOFF, K. (2003). **Conviviendo en la orilla**. Exclusión social y violencia en El Área Metropolitana de San Salvador. San Salvador: FLACSO - Programa El Salvador, 2003.

SENNETT, R. **Respect in a World of Inequality**. New York: W.W. Norton Company, 2003.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Espaço aberto ao diálogo da infância e juventude: o jovem lendo o mundo**. Brasília: UNESCO, 2001.

UNICEF. **Retrato estatístico das mortes de crianças e jovens por causas violentas: Brasil 1979-1993**. Brasília, 1995.

VIEIRA, O. V. Estado de Direito, seus Limites e a Criminalidade. In: MESQUITA NETO, P.; SAPORI, L. F.; WANDERLEY, C. B.; VIEIRA, O. V.; FONTES DE LIMA, F. <sup>ª</sup> e TISCORNIA, S. **A Violência do Cotidiano**. Konrad Adenauer Stiftung, 2001, p 75-92.

VIGNOLI, J.R. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes**. Serie Población y Desarrollo nº 17. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

WAISELFISZ, J. **Mapa da Violência 2011**. São Paulo, SANGARI, 2011.

WAISELFISZ, J. **Mapa da Violência 2012** - Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil. São Paulo: SANGARI, 2012. Disponível em: <[www.sangari.com](http://www.sangari.com)>. Acesso em: 9 Setembro 2012.

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao Paraíso**. Campinas: Ed Escuta, 1994.

ZALUAR, A. Violência e criminalidade: saída para os excluídos ou desafio para a democracia? In: MICELI, S. (org.). **O que ler para conhecer o Brasil**. São Paulo: ANPOCS, 1999. v. I.

ZALUAR, A.; LEAL, M.C. Violência Intra e Extra Muros. In: **Bras. de Ciências Sociais**. São Paulo: 2001. v.16, nº 45.

**RECEBIDO EM 04 DE AGOSTO DE 2012.**

**APROVADO EM 05 DE NOVEMBRO DE 2012.**